

OS DESAFIOS DO PODER PÚBLICO NOS PROCESSOS DE PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS CAIÇARAS DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI

Población, género e identidad

Prof^a Dr^a Helena Midori Kashiwagi
Universidade Federal do Paraná-Brasil
helenamkashiwagi@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios do poder público na implementação de ações que visam preservar a identidade cultural de populações tradicionais caiçaras moradoras dentro do Parque Nacional do Superagui (PARNA). Situado no Município de Guaraqueçaba – Paraná, o PARNA foi criado em 1989, sobre áreas tradicionalmente ocupadas por populações caiçaras. Nas duas décadas seguintes o cenário foi de proibição, fiscalização e desapropriação. Atualmente, o PARNA ainda não possui um Plano de Manejo aprovado, tornando até os dias de hoje qualquer atividade de subsistência ilegal. Nesse período a cultura caiçara e a identidade de um povo foram conduzidas ao estado de quase extinção. Nos anos de 2000 o Estado diante de um cenário de conflitos retoma as discussões sobre o Plano de Manejo do PARNA e inicia alguns projetos de intervenção e benfeitorias que visavam o bem estar, a criação de novos meios de subsistência a partir da gastronomia e artesanato. O intuito do Estado foi de estimular o desenvolvimento do turismo na região, divulgando o lugar e dessa forma resgatando a identidade cultural caiçara. Entretanto, a falta de conhecimento de gestão e noções de cooperativismo nas comunidades levou ao insucesso dessas ações. Como objeto dessa investigação, elegeu-se a comunidade de Barbado, por estar situada dentro do território do PARNA, ser uma comunidade antiga datada de 1854, isolada geograficamente, com acesso pelo mar, e, desprovida de recursos tecnológicos como energia elétrica e saneamento básico. Verificou-se que o isolamento físico não representa a garantia de preservação da cultura local, pois o contato constante com a cultura da cidade tem sido um dos fatores de mudanças comportamentais nas relações com o lugar, com o território, no modo de ver o mundo e na desterritorialização dos espaços. Dessa forma, recorreu-se aos aportes teórico-metodológicos da Geografia Humanista em sua vertente fenomenológica, utilizando-se como ferramental de investigação os mapas mentais para a coleta de dados. Nesse contexto, essa pesquisa nos mostrou que o mundo vivido dos indivíduos retratado nas imagens mentais evidenciou diversos elementos sógnicos que nos permitiram identificar os impactos causados na cultura local e uma nova ressignificação cultural e de renovação da identidade com o lugar. Busca-se com essa investigação contribuir e subsidiar, a partir do olhar fenomenológico, os métodos aplicados na gestão participativa para elaboração do Plano de Manejo do Parque, propondo-se políticas de preservação ambiental e sociocultural de forma mais igualitária.

Palavras-Chave: Identidade. Cultura. Caiçara. Mapas Mentais.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios do poder público na implementação de ações que visam preservar a identidade cultural de populações tradicionais caiçaras moradoras dentro do Parque Nacional do Superagui (PARNA). Situado no Município de Guaraqueçaba – Paraná, o PARNA foi criado em 1989, sobre áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades caiçaras, as quais foram impactadas pela legislação ambiental ao verem seu território ser transformado em uma unidade de conservação de proteção integral.

O Parque Nacional do Superagui preserva ainda um dos mais significativos remanescentes de Floresta Atlântica do Brasil e constitui parte do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape – Cananeia (SP) e Paranaguá (PR), com uma das mais importantes reservas de manguezais do país (IPARDES, 2001). O PARNA foi declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1991, como Reserva da Biosfera e pouco depois, em 1999, declarado como Patrimônio Natural da Humanidade.

Dentro desse contexto de extrema relevância ambiental há o contexto social e cultural constituído pelas relações de diversas comunidades tradicionais, ali residentes, com a história do lugar, as quais não foram analisadas, discutidas ou consideradas durante o processo de demarcação dos limites do Parque. Nas duas décadas seguintes, após a criação do PARNA, os moradores locais foram ameaçados de desapropriação e vivenciaram um cenário de proibições da prática dos meios básicos de subsistência, acelerando a extinção da cultura caiçara no litoral do Paraná.

Durante a realização do reconhecimento das comunidades situadas dentro do PARNA, constatou-se fortemente a presença de conflitos de ordem social, econômica, cultural e principalmente territorial devido aos enfrentamentos legais. Ceifados da prática da cultura tradicional os caiçaras têm resistido às desapropriações e preservado seu amor e enraizamento pelo lugar. Esses conflitos resultam da visão ambientalista do Poder Público, o qual criou no município de Guaraqueçaba além do PARNA outras zonas ambientais em prol exclusivamente da preservação ambiental.

Nesta visão, observa-se que a preservação da identidade cultural dos caiçaras que representa também parte da história da cultura do Estado do Paraná foi posta em segundo plano. Uma das justificativas para isso é a falta de um Plano de Manejo para o PARNA, pois sem ele não é possível pensar em diretrizes de ocupação ou uma política de sustentabilidade local. Com o Plano de Manejo aprovado será, então, possível repensar os meios para a reafirmação da identidade cultural local, bem como rever os costumes comportamentais diante das novas leis sobre o lugar.

De acordo com o artigo 3º do Decreto n. 97.688 de 25 de abril de 1989 que cria o PARNA estabeleceu-se o prazo de até 5 anos para a elaboração de um Plano de Manejo, mas após 25 anos o PARNA ainda não possui um Plano de Manejo. Isso nos remete a questionar o porquê da demora na elaboração/aprovação desse documento que, enfim, trará o norte para delinear as ações de desenvolvimento da região. Verifica-se entre os moradores locais que há muito tempo o Poder Público vem elaborando uma proposta de Plano de Manejo, cuja construção das regras tem sido pouco compartilhada com a comunidade.

Diante do exposto, utilizou-se como recorte espacial de investigação Barbado, uma comunidade tradicional caiçara, localizada dentro dos limites do PARNA e uma das mais antigas da região. Datada de 1854, constituída de muita história e tradições, é possível ver, atualmente, as mudanças comportamentais ocorridas nas últimas décadas, principalmente, nas questões de direito da terra e de justiça social. Mais conscientes de seus direitos os moradores têm exigido junto ao Poder

Público Municipal infra-estrutura para o local, numa tentativa de promover mais qualidade de vida e garantir a permanência desses indivíduos sobre o território do PARNA.

Para se compreender as razões pelas quais as comunidades tradicionais caiçaras localizadas em terras, agora, definidas como território do PARNA, resistem e ainda permanecem em seu lugar, recorreu-se ao aporte teórico da Geografia Humanista-Cultural, em sua vertente fenomenológica, para analisar as relações do indivíduo com o lugar e o entendimento de identidade cultural dos caiçaras. Complementar as essas reflexões teóricas apresentou-se uma breve contextualização de ações da legislação ambiental que contemplem a preservação da identidade cultural de populações tradicionais, em especial, os planos de manejo.

CONTEXTUALIZANDO LUGAR, PAISAGEM E IDENTIDADE CULTURAL

A abordagem desta pesquisa fundamentou-se na Geografia Humanística, em sua vertente fenomenológica, cujo aporte teórico-metodológico visa contribuir nas análises do significado do lugar nas relações do indivíduo com o seu meio, as transformações da paisagem cultural e as representações que constituem uma identidade cultural.

Contextualizando o lugar

Nessa perspectiva de abordagem fenomenológica, Herrero (1995, p. 62) afirma que as experiências resultantes das relações do homem e o meio conduzem a concepção de uma paisagem cultural e sua compreensão remete ao aprofundamento de outra categoria geográfica que é o lugar. Herrero acredita que essas relações do homem e o meio ao desencadearem aspectos subjetivos de um espaço, levam a constituição de centros de significação que originam os lugares, o mundo vivido do indivíduo.

Nesse aspecto, uma das grandes contribuições foi a do geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) que muito discutiu sobre os sentimentos provenientes da relação que liga o homem com o lugar, considerando e demonstrando que o estudo do lugar é essencial para se compreender a concepção de uma paisagem cultural. Considerando que o sentido de lugar é diferente de um indivíduo para outro, pois as percepções sobre um lugar estão relacionadas às suas experiências e vivências, resultando em construções diferentes de afetividade.

Tuan (1983) destaca a importância de se distinguir entre lugar e espaço, pois a medida que conhece-se melhor o espaço e dota-se valor, o espaço ora indiferenciado adquire valores e transforma-se em lugar. Na experiência, o significado de espaço frequentemente funde-se com o de lugar, no espaço, o sentimento é de liberdade e no lugar é segurança, ou seja, ao mesmo tempo em que possuímos sentimento de apego ao lugar, desejamos a liberdade sugerida pela ideia do espaço.

Uma das preocupações de Tuan nos estudos sobre lugares era mostrar como as pessoas se sentiam nos lugares, considerando as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual), além de procurar interpretar esses lugares como imagens de sentimentos complexos. Foi com Tuan que o sentimento de empatia foi inserido na Geografia, mas esse termo já havia sido alçado pelo filósofo Friedrich Theodor Vischer (1807-1887) ao descrever a união emocional produzida entre uma pessoa e um objeto.

Para Tuan essa união não necessariamente se traduz em um sentimento agradável, principalmente em se tratando de ligação do indivíduo ao lugar, pois pode representar sentimentos de amor, idolatria, rejeição ou indiferença. Por isso propôs nas análises geográficas os termos Topofilia,

Topoidolatria, Topofobia e Toponegligência, os quais constituíram as bases de muitos estudos de paisagem cultural.

Nessa distinção de sentimentos pelo lugar, Bailly (1979, p. 115) ressalta que o sentido de apego pelo lugar já existia no ordenamento do espaço das primeiras concentrações humanas que se agrupavam para se protegerem do mundo exterior, convertendo esses espaços rapidamente em lugares de intercâmbio e dominação. Dessa maneira, o apego tornou-se uma característica do comportamento humano, responsável pela formação de guetos e zonas de grupos étnicos, setorizando os espaços, segregando-os, mas também se traduzindo em um sentido de lugar.

Na visão de Frémont (1976, p. 99) esses lugares setorizados representam uma combinação de elementos econômicos, demográficos, ecológicos, sociológicos e culturais, que formam “uma trama elementar no espaço, com as combinações mais simples, mas talvez as mais fundamentais das estruturas do espaço: o campo, o caminho, a rua, a oficina, a casa, a praça, o cruzamento.” Nesses lugares os homens e as coisas localizam-se, nos quais tudo pode estar carregado de sentido e significação e constituem uma paisagem cultural.

Outro aspecto importante na opinião de Kozel (2001, p. 153) é a percepção do homem sobre o lugar na qual o processo de interação com o meio ambiente seleciona as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado. As formas de apropriar-se do espaço é que constroem os sentidos do indivíduo pelo lugar. Dessa forma, o lugar reflete-se em diversas porções de apropriação do espaço vivido, seja a casa, a praça, a rua ou o bairro, encerrando uma multiplicidade de relações, e apresentando funções de uso determinados pelos ritmos de vida e formas de apropriação do espaço a partir de sua função social.

Já para Buttimer (1982, p. 178) ao discorrer sobre lugar ressalta que cada pessoa possui um lugar “natural”, considerado o “ponto zero” do seu sistema pessoal de referência. E esse lugar natural faz parte de um ambiente espacial estruturado, no qual há uma série de lugares fundidos que formam regiões. Assim, cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, em lugares como o próprio lar, a vizinhança, a cidade, a região e a nação. Constroem-se, então, lugares privilegiados, com qualidades afetivas, simbólicos e de identificação que se destacam para cada indivíduo.

A paisagem cultural na visão fenomenológica

Nos últimos anos, segundo Salgueiro (2001, p. 44), a literatura geográfica tem apresentado uma transição nas definições da paisagem, partindo do enfoque objetivável (físico/ecológico) para o fenomenal (o modo de ver, a relação sujeito/objeto), apesar de ambas terem representação. Observam-se de um lado os geógrafos físicos que veem a paisagem sob uma perspectiva ecológica, com tradição naturalista do princípio do século e, de outro lado, os geógrafos humanistas e aqueles que têm ligações às escolas ditas do comportamento e do espaço vivido, os quais pesquisam a paisagem sob uma perspectiva essencialmente subjetiva.

A análise da paisagem sob a perspectiva fenomenológica, no contexto da Geografia Humanística, significa colocar-se numa postura de investigador, com o intuito de desvendar os valores e sentimentos das relações simbólicas que figuram num determinado espaço. A Geografia, diante desse novo contexto nem sempre é entendida, sobretudo pela diversidade de posturas e ambiguidades existentes no discurso dos geógrafos humanistas, nos quais estabelecem ligações com os mais diversos domínios, não constituindo uma metodologia única (KOZEL, 2001, p. 138).

A concepção humanística, na visão de García (1992, p. 13), reformulou os conceitos de território e territorialidade, os quais antes com exposições etológicas, passaram a ter conotações existenciais e

fenomenológicas, revalorizando-os e resgatando-os do esquecimento e do desprestígio. Todavia Nogué (1992, p. 88) ressalta que essas reformulações aplicadas aos estudos de paisagem não foram bem aceitas pela Geografia tradicional porque as investigações não eram facilmente observáveis, demonstráveis e quantificáveis.

Na opinião de Nogué (1992, p. 95), o estudo da paisagem é um tema tipicamente geográfico e suas pesquisas não estão esgotadas, a Geografia Humanística valoriza-a, revitaliza-a e completa-a de conteúdo. A Fenomenologia oferece uma possibilidade de estudar a paisagem sob uma nova ótica, recuperando-a sob o olhar geográfico. O olhar fenomenológico sobre a paisagem é uma das contribuições da Filosofia às análises geográficas, demonstrando, como observa Estébanez (1982), que a Filosofia inseriu-se na Geografia para possibilitar uma visão geral das coisas e por ser uma ciência mais analítica.

Apesar das contestações aos métodos fenomenológicos, no início dos anos de 1970, Claval (2004, p. 48) afirma que as leituras fenomenológicas da paisagem revelaram-se muito fecundas, influenciando significativamente o mundo percebido pelo indivíduo. Foi necessário desconstruir aquilo que a própria educação havia ensinado e proceder ao retorno às sensações para se compreender as coisas como eram, penetrando na sua verdadeira natureza. Essa forma de olhar sobre o real foi o que levou a crer que a paisagem era criada pelo observador e que ela dependia do ponto de vista escolhido e do enquadramento dado.

Diferentes olhares sobre a paisagem cultural

As diferentes interpretações da paisagem cultural remetem-nos a novos olhares, uma vez que o termo “paisagem”, inclusive a “paisagem cultural” não é exclusivo da Geografia. Por isso, compartilham-se diferentes interpretações além dos limites interdisciplinares, não menos importantes, mas que configuram o debate atual.

Para Martínez (2009) a paisagem cultural constitui-se da necessidade humana de atribuir sentido cultural ao seu viver, aos seus atos, às referências e aos entornos. A carga de valores culturais leva a paisagem a adquirir uma identidade que não se atribui ao contato exclusivo do território. Por esse motivo a paisagem deve ser entendida como um fato cultural, incluída num espaço natural, cujos elementos físicos passam a ser um conjunto de símbolos. Uma paisagem cultural sobrevive à trama persistente da natureza que consolida a realidade espacial e converte o território em uma paisagem no contexto cultural.

Os aportes identificáveis de acumulação histórica conduzem a uma exposição do passado, sendo essa a interpretação de Andreotti (2008, p. 23) para paisagem cultural. Sob uma ótica mais artística e poética visualiza os valores do passado sendo retratados em um desenho que contém tudo que é visível e perceptível e no qual se reconhecem as vozes daqueles que há milênios já se foram. É uma espécie de poema escrito pelo homem no território. Para Andreotti, quando não existe um poema, o território não é uma paisagem.

No mesmo sentido, Martínez (2009, p. 63) acredita que esse passado contempla a preservação da história de um lugar, ao longo do tempo, o que resulta também em um documento com muitas escrituras que estão gravadas na paisagem. Nesse documento escrito, revelam-se o tempo, o diálogo das coisas transcorridas, as modelações provocadas pelo homem, mostrando os conteúdos visíveis dos modos de vida que lhes deram a forma atual.

O desenho, o poema ou a escritura podem ser considerados na visão de Nogué (2009) formas de representação da projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado, inseridos em uma realidade, espacialidade e temporalidade, objetivas, próprias do olhar do observador. Uma vez

percebidos e codificados por meio dos filtros pessoais e culturais, impregnam-se de significados e valores que se convertem em símbolos. Assim, a paisagem, então, pode ser interpretada como um dinâmico código de símbolos que nos fala da cultura de seu passado, de seu presente e também de seu futuro. A legibilidade semiótica da paisagem, isto é, o grau de decodificação dos símbolos, pode ser mais ou menos complexa, mas em qualquer um dos casos está ligada à cultura que os produziu.

Nessa perspectiva semiótica, Claval (2004, p. 66) considera que o homem ao apropriar-se de um espaço procura transmitir alguma mensagem simbólica, mas essa busca por desvendar os signos da paisagem conduziu, na década de 1970, a muitas tentativas fracassadas porque as hipóteses eram muito frágeis e algumas vezes arbitrárias. Foi dessa arbitrariedade de interpretações dos signos que Brunet (1992, p. 339) após muitos questionamentos percebeu a futilidade do projeto semiótico sobre a paisagem. Apesar de concordar que as paisagens eram portadoras de signos que transmitiam mensagens intencionais, em geral, fáceis de serem compreendidas desde que as pessoas estivessem familiarizadas com a cultura local. A mensagem de uma paisagem não era clara para os outros, somente para aqueles que conheciam o texto que ela procurava transcrever. A paisagem era aquilo que ela revelava a quem soubesse olhar.

Em Milani (2007, p. 145), observamos a constituição de uma paisagem cultural mais refinada, na qual a mensagem transmitida ao observador é a expressão de uma paisagem como objeto estético, de contemplação. A paisagem apresenta-se à nossa percepção e fantasia como uma imensa escultura ou arquitetura do cosmos, incomensurável expressão visual de linhas e contornos, incessante dança ritmada das formas, postando uma linguagem poética de signos, espetáculo maravilhoso, sem prólogo nem epílogo. A valorização estética da paisagem cultural emana na consciência e no sentimento como uma exibição intencionada de um objeto natural anelado de um lugar ideal de fazer ou de imaginar. A paisagem nessa óptica é resultado do trabalho do homem e de sua imaginação criadora, na qual a natureza modela as formas na mente e na fantasia humana, forjando os eventos em função da velocidade do movimento do sujeito, das condições climáticas, das estações do ano e dos elementos físicos, como se houvesse uma coreografia do conhecimento sensível.

Por outro lado, Duncan (2004, p. 105), fundamentado no conceito de cultura em Raymond Williams (1982) propõe a leitura de uma paisagem cultural constituída com base em um sistema de criação de signos, pelo qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado. Numa visão hermenêutica, procura desvendar o significado da paisagem, considerando a interpretação do pesquisador sobre o que a paisagem significaria para aqueles que a produzem, reproduzem ou transformam. Assim, contestando um realismo etnográfico, valoriza as referências históricas, culturais e intelectuais para sustentar suas interpretações e assume seriamente as crenças, os valores e as explanações do senso comum.

Para Duncan, a descrição de uma paisagem se constrói dentro do limite de linguagem e das estruturas intelectuais daquele que a descreve. As palavras dessa linguagem não têm correspondência exata com a realidade “exterior”. Elas se baseiam em “discursos que são significados partilhados constituídos socialmente, em ideologias, em séries de suposições do ‘senso comum’”. As mesmas palavras podem ter diferentes significados em diferentes discursos.” As descrições passam a ter significado somente em um sentido contextualizado.

São infinitos os olhares sobre a paisagem cultural, pois sua temática pode ser vista em diversos campos disciplinares, sob diferentes abordagens com diferentes interpretações. Entretanto Mata (2006, p. 17) ressalta que o tema paisagem atualmente atravessa uma situação crítica e paradoxal. Sob um olhar focado na gestão do território, observa a demanda crescente de paisagens de qualidade, que são paisagens planejadas para atender à reivindicação dos cidadãos urbanos, os quais consideram viver bem quando em meio a entornos paisagísticos dignos. Outra tendência que

observa nas cidades é a deterioração dos conjuntos paisagísticos, a desconfiguração do desenho natural de uma cidade pelos sistemas viários projetados, normalmente, desintegrado com o traçado original. Além disso, há a difusão dos meios de comunicação constituindo imagens de consumo de uma globalização desterritorializada, estimulando a produção de cenários soberbos em uma cidade, que já não tem mais nome e nem identidade. A paisagem passou a ser considerada como um elemento significativo de qualidade de vida e de bem-estar de uma população.

Identidade de um lugar

A identidade de um lugar resulta na busca pela diferença, é o produto do processo de diferenciação entre os indivíduos, entre os próprios lugares, entre os mundos e entre as identidades. Até os anos de 1950 e 1960, os geógrafos humanistas consideravam a identidade relacionada com o conceito de região (caracterizada por fenômenos físicos e econômicos). E nos anos de 1970 e 1980 a nova Geografia Humanista veio colocar a identidade de um lugar relacionada com os valores simbólicos que constitui o sentido do lugar, recebendo uma nova definição. A representação territorial passa a ser determinada por certas características ambientais, culturais, históricas, paisagísticas com as que um grupo social se identifica (COPETA, 2009, p. 17).

A identidade humana pressupõe a identidade com seu próprio lugar que assim se converte em símbolo de sossego e segurança. Essa nova visão do conceito de identidade inspirou-se nas teorias de alguns sociólogos fenomenológicos, os quais afirmavam que a identidade já não era substancial e pessoal, senão uma construção social e individual com base em um conjunto de relações e representações que se utilizava do sistema simbólico significativo desenvolvido na pluralidade do mundo vivido dos indivíduos (COPETA, 2009, p. 18).

No mundo contemporâneo, alguns sociólogos como “Barel (1986) e Ianni (1992), e outros pensadores, como Virilio (1982), Guattari (1985) e Baudrillard (1986 e 1991)” com abordagens mais abstratas, destacaram-se nessa retomada conceitual de identidade e território, trazendo grandes contribuições para a distinção de um espaço de identidade cultural e ou de poder, além da valorização da territorialidade em todas as especificidades e concepções próprias (HAESBAERT, 1997, p. 38).

Outro aspecto também relevante na identidade de um lugar é a conotação política, quando um lugar passa a ser delimitado e suas fronteiras são utilizadas para controlar o acesso. Porém, essa delimitação não significa a constituição de um território, pois a atribuição de significados a um determinado espaço reforça, legítima e dá forma a identidades territoriais específicas, extrapolando o caráter político do território (SACK, 1986, p. 19). Essa conotação política segundo Knight (1982) deve-se a ligação do espaço à identidade de um grupo que o mantém ou ambiciona um território, desejando obter total controle sobre ele em proveito do grupo.

Na visão de Haesbaert (1997, p. 36), no momento em que uma coletividade apropria-se simbolicamente do espaço constitui a identidade espacial, no qual o espaço não é tratado só como um território, mas também como “lugar”. A apropriação simbólica do espaço pode ser entendida como a territorialização do homem, a qual possibilita distinguir entre o espaço e o território. Nesse aspecto, Saquet (2007, p. 119), faz menção a Dematteis e Governa, para esclarecer que a identidade territorial vai além do sentido de pertencimento a um lugar, ou seja, constitui-se do agir coletivo dos grupos sociais, os quais portam práticas e conhecimentos que lhes permitem construir novas lógicas identitárias aos lugares.

Observa-se a relevância em se compreender a essência da categoria lugar, sob a perspectiva fenomenológica, para se desvelar os sentimentos que caracterizam o mundo vivido de uma paisagem. A apropriação simbólica do espaço desvela lugares privilegiados, lugares com identidade

espacial que traduzem o sentimento dos “filhos do lugar” e abrindo-se ao deslumbramento de um universo de imagens sígnicas que constituem uma paisagem cultural vista somente por aqueles que as evocam.

PLANO DE MANEJO E PRESERVAÇÃO CULTURAL

Para se compreender se um Plano de Manejo pode vir a contribuir no processo de preservação da identidade cultural de uma comunidade buscou-se interpretar o que diz a Lei Federal e como esta é interpretada pelo ICMBio – autarquia do Ministério do Meio Ambiente – responsável pela elaboração dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação.

De acordo com a Lei Federal n. 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação o Plano de Manejo é um documento que estabelece o zoneamento e as normas de uma Unidade de Conservação (UC) definindo o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Contemplando procedimentos que visem assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, o Plano de Manejo de uma UC deve contemplar um conjunto de ações para a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais de maneira a conciliar adequadamente nos espaços apropriados, os diferentes tipos de usos com a conservação da biodiversidade. Todas as UCs devem possuir um Plano de Manejo incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014).

Para o ICMBio, o Plano de Manejo estabelece o uso mediante zoneamento, visando a proteção de seus recursos naturais e culturais; destaca a representatividade da Unidade de Conservação no SNUC frente aos atributos de valorização dos seus recursos como: biomas, convenções e certificações internacionais; estabelece normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da Unidade de Conservação, zona de amortecimento e dos corredores ecológicos; reconhece a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social (ICMBio, 2014).

O manejo e gestão de uma UC devem estar embasados no conhecimento dos ecossistemas, dos processos naturais e das interferências antrópicas positivas ou negativas, considerando os usos que o homem faz do território, analisando os impactos atuais ou futuros de forma a elaborar meios para conciliar o uso dos espaços com os objetivos de criação da Unidade de Conservação. É fundamental elaborar o Plano de Manejo a partir do zoneamento da UC, o qual organiza espacialmente as diferentes zonas e graus de proteção e regras de uso (ICMBio, 2014).

A elaboração de Planos de Manejo deve ser um ciclo contínuo de consulta e tomada de decisão com base no entendimento das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam uma Unidade de Conservação e a região onde esta se insere (ICMBio, 2014). Nesse sentido, a comunidade deve ser consultada e participar desde a etapa de diagnóstico, de proposição e implementação das ações. Nessa gestão participativa é possível contemplar as necessidades individuais e coletivas de uma comunidade, assegurar ações bem sucedidas e preservação e/ou ressignificação da identidade cultural do lugar.

REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM METODOLÓGICA

Essa investigação teve como aporte metodológico a abordagem fenomenológica para se compreender os fenômenos e experiências que permeiam o mundo vivido da comunidade de Barbado. Assim, corroboramos com Relph (1979) quando afirma que é necessário numa análise fenomenológica excluir crenças e preconceitos nas explicações e considerações existentes, e colocar-se na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno.

Nogué (1985, p. 14) acredita que as diretrizes teóricas e metodológicas da Geografia Humanística, em sua vertente fenomenológica, possibilitam desvendar os fenômenos do mundo vivido e apreender a paisagem, realizando-se uma leitura humanística da paisagem tradicional. Essa leitura contempla a valorização das relações sensoriais, afetivas, estéticas e simbólicas que o indivíduo mantém com a paisagem que o rodeia, as quais mesmo aparentemente evidentes, muitas vezes são negadas.

Nessa abordagem fenomenológica para se compreender os fenômenos que estruturam o mundo vivido geográfico de cada indivíduo e explicar o comportamento espacial de cada pessoa é preciso descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem e da paisagem em que ele vive, sente e experimenta. Contudo, o observador precisa ir além de uma descrição de uma evidência imediata, mas transcender o olhar sobre as coisas, ou seja, visualizando muito aquém do que sua visão lhe permite, penetrando no âmago, na essência, na compreensão dos objetos que se constituem na experiência.

Na Geografia Humanística, é fundamental uma visão holística de mundo vivido para se compreender o conjunto de fatos e de valores, e a experiência cotidiana de cada indivíduo. É nessa ótica que García (1992, p. 12) acredita que o conceito de mundo vivido vem contribuindo ao desenvolvimento de uma nova Geografia Regional, enfatizando o estudo de paisagem e a ideia de especificidade dos lugares em função das experiências que se associam com os indivíduos e os grupos que os habitam.

BARBADO: UMA PAISAGEM CULTURAL AMEAÇADA

A comunidade de Barbado é uma das comunidades que está dentro dos limites do Parque Nacional do Superagui, o qual está localizado no litoral norte paranaense, município de Guaraqueçaba, no limite dos Estados do Paraná e São Paulo. Barbado localiza-se na face oeste da Ilha de Superagui, às margens da Baía de Pinheiros (FIGURA 1).

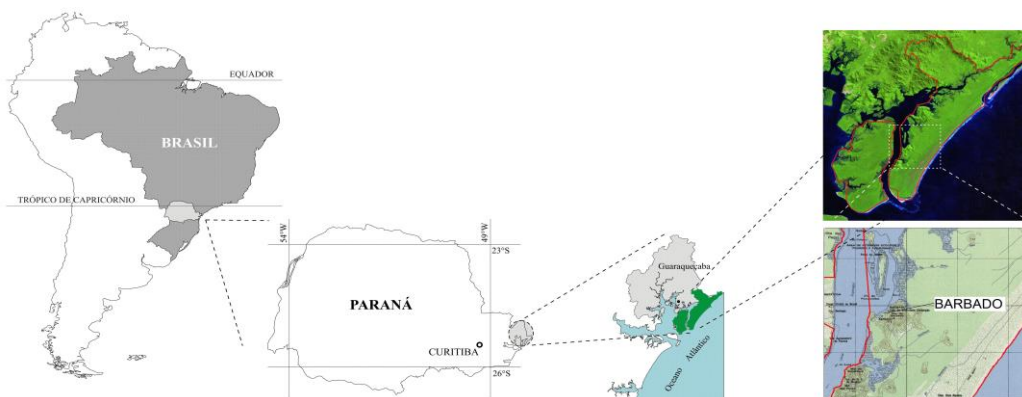


FIGURA 1 – SITUANDO A COMUNIDADE DE BARBADO
FONTE: KASHIWAGI, H. M. (2011, p. 50).

Barbado é uma das comunidades mais antigas da região, fundada em 1854 pelo colono suíço William Michaud (1829-1902), cujo sobrenome já atingiu a 7ª geração dentre os moradores de Barbado, representando o principal tronco familiar dentre os moradores. O tempo de existência de 160 anos torna relevante historicamente Barbado e a diferencia das outras comunidades. A população atual, segundo a Professora da Escola Municipal de Barbado, é entorno de 100 pessoas. A consolidação dessa comunidade deu-se em parte pela disponibilidade de recursos naturais para a sobrevivência das famílias, mas sobretudo pelos conhecimentos que William Michaud transmitiu aos moradores.

A visão que imagina-se encontrar de uma comunidade extremamente isolada e distante dos núcleos urbanos é, normalmente, de uma paisagem intocada e sem quaisquer interferências da cultura da cidade. Em Barbado, visualizam-se alguns elementos que demonstram visíveis transformações na paisagem, evidenciando uma comunidade caiçara bem aculturada. Percebe-se a presença de recursos tecnológicos para a captação de energia elétrica, de água, de meios de comunicação e de transporte. Os elementos anexos às moradias são placas solares, caixas-d'água, antenas parabólicas, botijão de gás, tanques para lavar roupa, fiações elétricas entre as construções e, em alguns casos, a existência de banheiros e churrasqueira em alvenaria.

As moradias de alvenaria destacam-se na paisagem e os brilhos dos vidros das esquadrias de ferro sobressaem-se no verde da vegetação. No interior de algumas moradias, percebemos a presença da televisão, de fogão a gás e situações bem incomuns, como passarinhos presos em gaiolas, uma geladeira no restaurante, e a presença do telefone celular em cada moradia. O celular tornou-se um importante meio de comunicação entre as comunidades e com a cidade para informar sobre situações de emergência. Percebe-se também que os homens utilizam o relógio de pulso para se orientarem nas horas e recorrem à lanterna para enxergarem à noite para pescar e para simplesmente caminhar pelas trilhas de Barbado.

O barco a motor na comunidade representa o meio de transporte mais rápido para deslocar as crianças que vêm de outras comunidades para estudar em Barbado e para a compra mensal de alimentos na cidade para toda a comunidade e principalmente no atendimento de uma emergência médica. Na comunidade, há um trapiche que, com a maré alta, pode atender embarcações de médio porte.

Mas, o elemento mais impactante nessa transformação da paisagem de Barbado é a recente construção realizada pelo governo do Estado o “espaço comunitário” denominado pelos moradores como “cozinha comunitária”. Nesse local, há um fogão industrial disponibilizado às mulheres da comunidade para prepararem bolos e salgados para serem vendidos aos turistas que visitam a comunidade. Há nesse espaço físico um pequeno salão para expor o artesanato local.

Acredita-se que as proibições advindas da criação do Parque Nacional do Superagui podem ser um dos causadores das atuais transformações da paisagem de Barbado, pois as mudanças no cotidiano e a adaptação à nova realidade ocorreram com mais evidência nas últimas duas décadas. Entretanto, outra causa foi o contato com o padrão de vida do turista, fazendo com que o caiçara almejasse renda suficiente para aproximar-se desse novo costume. Em consequência desse desejo, o caiçara ao atravessar essa transição e acessar a cultura da sociedade capitalista, entrou nos contextos social, econômico e cultural dos homens da cidade, provocando em si uma crise de referenciais e, conseqüentemente, a perda de sua própria identidade cultural.

OS SIGNOS DA PAISAGEM DE BARBADO NOS MAPAS MENTAIS

Em Barbado, uma comunidade constantemente submetida a conflitos de ordem territorial, a coleta de dados para as análises foi realizada por meio de mapas mentais, por ser um ferramental que não verbaliza o que o indivíduo pensa, dessa forma, não o comprometendo legalmente. Pediu-se para que representassem por meio do desenho como percebiam Barbado e entorno. Boa parte dos indivíduos não tem escolaridade, tornando a técnica do desenho um meio mais acessível para essa pesquisa.

Como objeto de investigação utilizou-se dois grupos amostrais: moradores locais e representantes do poder público envolvidos com o Parque. Foram 11 entrevistados de cada categoria, elegendo-se entre os moradores locais pessoas com algum destaque na comunidade: a professora da Escola, o presidente da Associação de Moradores atual e o 1º eleito na época da criação, o dono do único restaurante da comunidade, o dono da mercearia, a pessoa mais idosa, o representante nos conselhos de entidades governamentais, a ex-curandeira da comunidade, a cozinheira da cozinha comunitária, um pescador, entre outros.

A interpretação dessas representações mentais se deu a partir da descrição verbal dos desenhos figurativamente associada a entrevistas fenomenológicas. Essas entrevistas possuem um roteiro a ser seguido, mas o indivíduo entrevistado era deixado a vontade para falar de um determinado assunto. Na interpretação dos dados utilizou-se para a classificação dos elementos sógnicos a metodologia Kozel (2001) para identificar os elementos da paisagem natural, elementos da paisagem construída e elementos humanos.

Dessa forma, para os representantes do poder público destacaram-se como elementos naturais: mar, sol, nuvens, floresta-montanha-arvores, flores-bambuzal-jardim, rocha, ilha, trilha-caminho, aves e animais; dos elementos construídos foram: casa, trapiche, igreja, cozinha comunitária, campo de futebol, barco, rede de pesca, artesanato, roupas no varal, ruínas (casa de Michaud), área plantio, área cultivo ostra e rabeca. Para os elementos humanos o grupo do poder público destacaram: turistas e moradores. Nesse grupo amostral destacaram-se como elementos sógnicos da paisagem natural a floresta-montanha-arvore e mar, entre os elementos da paisagem construída destacaram-se a casa e o barco.

Entre os representantes dos moradores destacaram-se como elementos naturais: mar, sol, nuvens, floresta-montanha-arvores, flores-bambuzal-jardim, ilha, trilha-caminho, macacos e borboletas; dos elementos construídos foram: casa, trapiche, igreja, cozinha comunitária, campo de futebol, barco, rede de pesca, roupas no varal, ruínas (casa de Michaud), área plantio, área cultivo ostra, Escola, lixo na comunidade, postes de luz e placas solares. Para os elementos humanos o grupo dos moradores destacaram: turistas e moradores. Nesse grupo amostral destacaram-se como elementos sógnicos entre os elementos da paisagem natural as flores-bambuzal-jardim e entre os elementos da paisagem construída destacou-se a casa.

Os dados acima nos mostram claramente que os moradores após longos anos de conflitos territoriais e ameaças de desapropriação estão ofuscados pela preservação da própria moradia, uma vez que destacou-se apenas o elemento sógnico “casa”. Por outro lado, há uma preocupação ambiental com o lugar, quando flores e jardins destacam-se como na percepção do mundo vivido daqueles moradores. Já entre os representantes do poder público os elementos sógnicos construídos em destaque – a casa e o barco – também denotam uma preocupação territorial velada, pois esses elementos representam a moradia e o barco o meio de sobrevivência. Para o poder público os sógnicos em destaque entre os elementos naturais foram a floresta-montanha-arvore e mar, os quais denunciam uma visão apenas para o meio ambiente e sua preservação. Nos dois grupos destacam-se

como elementos humanos os turistas e moradores, revelando a consciência mútua da presença do turismo local mesmo que não estruturado e de sua importância para a permanência dos moradores no lugar.

AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO EM BARBADO

Desde a criação do PARNA o governo do Estado deixou as comunidades localizadas dentro dos limites do parque sem opções de subsistência, iniciando-se uma fase de intenso assistencialismo na tentativa de suprir as necessidades das pessoas. Os moradores forçadamente deixaram para trás as práticas tradicionais, ficando as lembranças nas memórias dos mais antigos. As gerações mais recentes cresceram sem conviver com os costumes e a cultura local, fatos que justificam até certo ponto a falta de interesse dos jovens em preservar a “cultura” local, pois para eles trata-se de um passado que eventualmente é lembrado nas reuniões familiares.

Esse cenário de nostalgia poderia ter sido amenizado se o Plano de Manejo tivesse sido implementado dentro do prazo estipulado pela Lei, mas a demora desencadeou incertezas, inseguranças e fez nascer a desconfiança. Até os dias atuais foram algumas intervenções do poder público no local para amenizar os conflitos: Instalação de placas solares nas casas, construção de uma cozinha comunitária, limpeza das trilhas, construção de trapiche entre outras. Mas, todas essas ações não tiveram pós-acompanhamento e foram mal sucedidas.

A intervenção mais recentemente, em 2008, resgatou um antigo projeto de construção de cozinhas comunitárias do Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR – órgão vinculado à Secretaria do Estado da Saúde e Bem-Estar Social) como uma nova alternativa econômica. Essa iniciativa ocorreu em anos anteriores em Guaraqueçaba, na Ilha das Peças, nas comunidades de Vila das Peças e Tibicanga com vistas a atender o desenvolvimento do turismo na região. No entanto, este projeto não foi bem sucedido devido à falta de continuidade e acompanhamento pós-inauguração pelo poder público. A característica de projeto exógeno, ou seja, constituído sem a participação das pessoas da comunidade, não traduziu a essência do grupo, sendo uma das principais causas do insucesso dessa iniciativa nas comunidades beneficiadas com este empreendimento.

Atualmente, a grande intervenção esperada pelos moradores de Barbado e proximidades é a aprovação do Plano de Manejo do PARNA. Nos últimos anos as discussões se intensificaram acreditando-se a possível finalização do documento. Entretanto, os moradores locais mencionam que apesar dos longos anos de debate jamais viram por escrito as proposições ou até mesmo as diretrizes que irão regulamentar o uso e ocupação do território do Parque. Vemos uma comunidade mais esclarecida, conhecedora de seus direitos e dialogando com o Ministério Público. Nesse sentido, os moradores de Barbado tem consciência de que o Plano de Manejo além de contemplar as questões ambientais, socioeconômicas que caracterizam uma Unidade de Conservação também deverão contemplar questões de cunho histórico e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação procurou refletir sobre os desafios do poder público na implementação de ações que visam preservar a identidade cultural de populações tradicionais caíças moradoras dentro do Parque Nacional do Superagui. Entretanto, verificou-se que a falta de uma regulamentação legal para os usos e ocupações do território do PARNA provocou a quase extinção dos costumes e cultura

local. As tentativas de intervenção em Barbado de promover o bem estar e desenvolvimento de uma nova alternativa de subsistência a partir do turismo foram boas intenções, mas precisavam de um constante acompanhamento para serem bem sucedidas ao longo do tempo.

Entretanto, as imagens mentais dos moradores apresentam signos que denotam a perda de referencial cultural sobre o lugar, tornando a casa o signo mais importante. Significa que o desafio vai além de preservar a identidade cultural, mas resgatar e reafirmar a identidade, mesmo que sob nova ressignificação do lugar. As questões históricas e culturais fazem parte das ações de um Plano de Manejo, por isso é fundamental no processo de consulta junto à comunidade o despertar na memória dos antigos das lembranças do cotidiano da comunidade. Dessa forma, muitas das práticas tradicionais poderão contribuir para a preservação do lugar de forma sustentável.

A preservação da identidade cultural de Barbado representa preservar parte da história do Paraná, cujo início deu-se no litoral. Por esse motivo, é necessário elaborar ações educativas como as de Educação Patrimonial para que o público visitante, turista, venha reconhecer e ressignificar o lugar. Não basta criar um Plano de Manejo e apresentá-lo à comunidade como um simples documento. É importante os envolvidos terem consciência das regras e exigir o acompanhamento do Poder Público durante o processo de implementação e revisão ao longo dos anos.

A gestão de uma Unidade de Conservação, ocupada por populações em especial as tradicionais, implica em um processo de planejamento que resulte num Plano de Manejo que contemple não apenas aspectos ambiental ou econômico, mas, sobretudo aspectos históricos e culturais que preservem e respeitem os valores daqueles que ali habitam. O grande desafio, ainda, da gestão das Unidades de Conservação e logicamente do Poder Público é elaborar Planos de Manejo com ações que contemplem, de fato, a essência das relações do indivíduo com o seu meio que conduzam a uma nova ressignificação do lugar e a reafirmação da identidade cultural. Reconhece-se com essa investigação que a abordagem fenomenológica pode subsidiar, principalmente, nas etapas de diagnóstico, o desenvolvimento de políticas de preservação ambiental e sociocultural de forma mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, G. **Per una architettura del paesaggio**. Trento: ValentinaTrentini Editore, 2008.

BAILLY, A. S. **La percepción del espacio urbano**. Tradução de Jesus J. Oya. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1979.

BRASIL. Decreto n. 97.688, de 25 de abril de 1989. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 1989. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 3/11/2010.

BRASIL, 2014 **Plano de Manejo**. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>> Acesso: 27/01/2015.

BUTTIMER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.

COPETA, C. La identidad: nueva categoría descriptiva del territorio y del paisaje. In: COPETA, C; LOIS, R. (Org.) **Geografía, paisaje e identidad**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009. p. 17-42.

ESTÉBANEZ ALVAREZ, J. **Tendencias y problemática actual de la Geografía**. Madrid: Cincel, 1982.

FRÉMONT, A. **La région espace vécu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

GARCÍA BALLESTEROS, A. (Org.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1992.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF), 1997.

HERRERO FABREGAT, C. **Geografía y Educación: sugerencias didácticas**. Madrid: Huerga y Fierro, 1995.

ICMBio. **Plano de Manejo**. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>> Acesso em: 27/01/2015

IPARDES. **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 2001.

KASHIWAGI, H. M. **Representações da Paisagem no Parque Nacional do Superagui: As homônimas signícas da paisagem em áreas preservadas**. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

KOZEL TEIXEIRA, S. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba, a “capital ecológica”**. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MILANI, Rafaele. **El arte del paisaje**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132

MATA, Rafael. Un concepto de paisaje para la gestión sostenible del territorio. In: MATA, Rafael; TARROJA, Àlex (Org.) **El paisaje y la gestión del territorio**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006. 17- 40 p.

MARTÍNEZ DE PISÓN, E. **Miradas sobre el paisaje**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.

NOGUÉ I FONT, J. **Una lectura geogràfico-humanista del paisatge de la Garrotxa**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, Col·legi Universitari de Girona, 1985.

_____. El paisaje existencial de cinco grupos de experiência ambiental: ensayo metodológico. In: GARCÍA BALLESTEROS, A. (Org.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos-Tau, 1992. p. 87-96.

_____. **Entre paisajes**. Barcelona: Àmbit Servicios Editoriales, 2009.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr., 1979.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University, 1986.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. **Revista Portuguesa de Geografia – Finisterra.** Portugal, v. XXXVI, n. 72, p. 37-53, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TUAN, Y-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.